

Língua *Materna*, parte maldita da lingüística?

Jean-Didier Urbain

Universidade François-Rabelais (França)

Tradução de
Marlene Machado Zica Vianna

FALE/UFMG

Trata-se aqui de destruir a evidência de uma expressão e de seu uso. Trata-se, sobretudo, de, colocando-se em discussão seu emprego usual, examinar agora o domínio de uma imagem que subsiste no coração da lingüística. A noção de *língua materna* está bem longe de ser tão clara e estável como o lachismo confiante dos dicionários poderia fazer crer:

* “*Língua materna*, língua do país de nascimento” (Dictionnaire Encyclopédique Quillet, ed. 1975, verbete *língua*)

* “...// (v. 1300). *Língua materna*, língua do país de nascimento, ou da comunidade de origem: *uma ‘nurse’ o ensinou a falar o inglês como língua materna* (Triolet) //...” (Lexis, Larousse 1977, verbete *maternal*).

Onde está a mãe? Não se trata aqui senão de línguas *nacionais* ou *regionais*, línguas oficiais ou dialetos. “A língua materna, repetem bastante inadequadamente os dicionários, é a língua do país do nascimento.”¹

Pode-se certamente dizer que a mãe está ali, *metafórica*: a língua materna é a língua da terra-mãe, a língua das origens. Deve-se, pois, concluir disso que a noção, desde sua criação, no século XIV, era somente uma imagem, sem referência alguma à individualidade concreta da mãe? Responder de pronto afirmativamente a essa questão seria, parece-nos, esvaziar rapidamente a complexidade de uma noção presentida por numerosos lingüistas, mas jamais explorada.

Com efeito, há muito tempo, os lingüistas tentaram contornar essa noção, decididamente complicada, requalificando-a sem

1 CELLARD, J. *La vie du langage*. Paris, Le Robert, 1979. (Coll. l'ordre des mots).

cessar, especificando-a de diversas maneiras ou criando um conjunto de expressões “equivalentes”. W.D. Whitney sugere uma equivalência entre língua *materna* e língua *nativa*². Explicação, desvio ou complexificação necessária da noção? Seguem-se outras “traduções” muito usadas pelos sociólogos ocidentais: a língua materna pode ser *local*, *nacional*³ ou ainda *comum*, *natural*, *primeira* e também *primitiva* ou *original*. Alguns a imaginam sobretudo como uma espécie de *glria* doméstica, uma língua *especial* entre outras, uma língua *familiar*, *oral*, *usual*, *comum* e também uma língua *do campo*, um *patois*, acrescentando-se, ainda, que o uso comum associa de bom grado a noção de língua materna à idéia de *fala* infantil, a um *jargão* de ama, ao *baby talk*...

É preciso, pois, colocar-se algumas questões que determinam os lingüistas, embora muito ligados a essa língua, não se colocam⁴. Que é realmente a língua materna? Ela existiria realmente? Não se trataria sobretudo de uma ficção teórica? E, se ela existe, de que maneira ela existe? De onde ela vem? Qual o seu estatuto social? Qual sua função? Qual o seu sentido intrínseco? Baseando-se em que princípios ou em quais contextos sócio-históricos foi ela diversificada depois perpetuada? Essa língua tem somente um sentido e é *intrínseca*? Nada é evidente no que se refere especificamente à língua materna a não ser a freqüência do uso dessa noção nos discursos dos lingüistas. Além dessa primeira observação, nós nos encontramos frente a uma entidade semiótica polimorfa e equívoca, tão pouco determinada quanto interpretável globalmente. A língua materna, escondida, através dos tempos, sob uma porção de sinônimos relativos, é uma noção cuja unidade e valor operatório devem ser colocados em questão aqui. Trata-se de um idioleto, de um dialeto, de um regioleto, de um socioleto, de um arqueoletto, ou de tudo isso junto? A imagem materna da língua espalhou-se historicamente em todos os compartimentos da lingüística, e o seu sucesso é tão suspeito que contribuiu para desestabilizar perpetuamente a noção. Objeto de uma explosão paradigmática, disseminada aos quatro cantos da lingüística, graduada, alargada, combatida, mas sempre reconduzida, essa noção é realmente o lugar de uma luxuriante polissemia safda de não se sabe qual consenso epistemológico indo contra todo rigor científico.

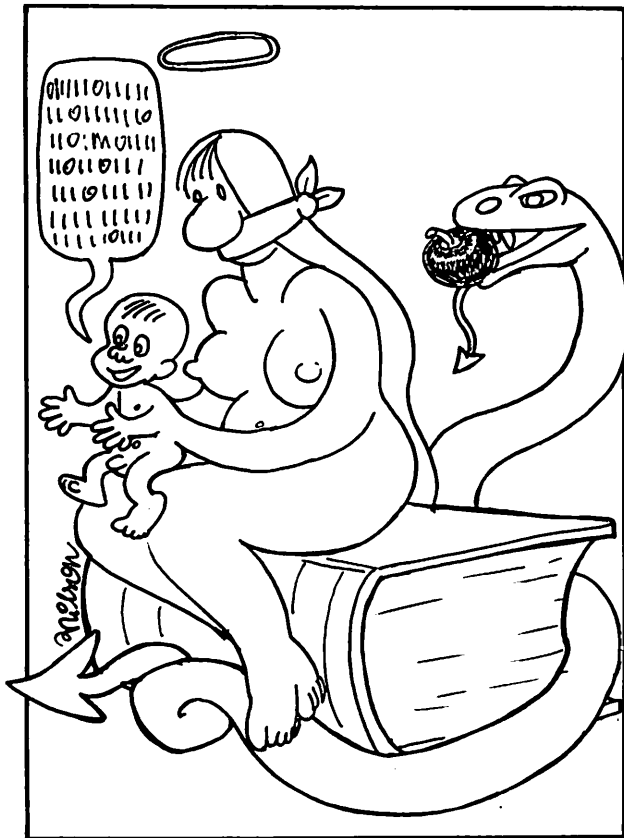
A imagem tem tido sucesso há mais de seis séculos. Por quê? Bachelard escreveu um dia: “amar uma imagem é encontrar sem saber uma metáfora nova para um amor velho”⁵. E se se tratasse de ódio? Também, depois que a lingüística mostrou e usou durante séculos a metáfora da mãe, é necessário talvez

2 WHITNEY, W. D. *La vie du langage*. A. ed. Paris, F. Alcan Ed., 1892. cap. 2, p. 7.

3 Cf., por exemplo, FISCHMANN, J. *Sociolinguistique*. Paris - Bruxelles, Nathan - Labor, 1971. p. 122.

4 Cf., por exemplo, *L'emploi des langues vernaculaires dans l'enseignement*. Paris, Unesco, 1953.

5 BACHELARD, G. *L'eau et les rêves*. Paris, J. Corti Ed., 1976. p. 157.



6 Cf. CHEVALIER, J. Cl. Note sur la notion de synonymie chez trois grammairiens des XVII^e et XVIII^e siècles. *Langages*, Paris, Didier - Larousse 24: 40ss, 1971. Cf. igualmente SCHLANGER, J. - E. *Les métaphores de l'organisme*. Paris, J. Vrin Ed., 1971. p. 258 ss.

7 BACHELARD, G. *La formation de l'esprit scientifique*. Paris, J. Vrin Ed., 1938. p. 17: "O historiador das ciências deve tomar as idéias como fatos. O epistemólogo deve tomar os fatos como idéias, inserindo-os num sistema de pensamentos..." Cf. igualmente APOSTEL, L. *Épistémologie de la linguistique*. In: PIAGET, J., dir. *Logique et connaissance scientifique*. Paris, Gallimard, Pléiade, 1967. p. 1056: "O objeto da epistemologia da linguística será o estudo do próprio lingüista e, consequentemente, o estudo dos meios mais ou menos eficazes de que ele dispõe, de suas chances de sucesso ou insucesso."

8 A expressão em latim é comprovada a partir do século XII de acordo com Du Lange, que cita um documento em que se opõe *maternaliter*: "em língua vulgar", a *literaliter*: "em latim". (Agradeço a J. Be-tany por essas informações.)

9 PETOT, P. *La famille en France sous l'Ancien Régime*. In: *Sociologie comparée de la famille contemporaine*.

hoje discernir e precisar como se articula e explicar, além desse uso, essa polissemia, ou melhor ainda, essa ambigüidade, impressionante a esse primeiro nível de análise, da noção da língua materna. Não é duvidoso que a metaforização materna da língua, como outras metáforas e precisamente enquanto ela dura, além de traduzir uma consciência lógica oculta dos lingüistas, deve levar, como diz J. Cl. Chevalier, a uma "organização social ou psicológica"⁶.

É pela investigação histórica que nós pretendemos chegar à confirmação e à explicitação dessa última hipótese, ficando entendido, entretanto, que nós não temos intenção de traçar aqui a história da noção, mas somente, através do encadeamento dos fatos, reconstituir um sistema de pensamento de cujo quadro nós podemos aproximar o sentido figurado dessa noção e a modalidade ideológica que, às vezes, ela oculta e revela.⁷

1. No momento da primeira utopia: a língua original

Em 1361, Nicole d'Oresmé, adaptando uma expressão já existente no latim medieval, introduziu na língua francesa a expressão *lingua materna*⁸. Homem erudito (tradutor de Aristóteles) e poderoso (arcebispo de Lisieux), ele pretende, numa França ainda não unificada lingüisticamente, designar com a ajuda dessa perífrase um certo nível de língua: o francês, *d'oïl* ou *d'oc*, por oposição ao latim, a língua do saber e do pensamento. *Lingua materna* é para ele, pois, língua *regional* ou *local*. Mas é, também, língua *comum*, língua de uso vulgar (cf. 1). Oresme teria podido contentar-se com a expressão *lingua comum* para designar esse nível de língua inferior. Mas prefere ressaltar, para evocar essa realidade lingüística, a imagem da mãe e, através dela, a imagem da mulher; ele fala de "língua materna e comum". A escolha dessa denominação não surgiu por acaso: ela reflete realmente a ordem social do século XIV:

"A partir do século XIV, assiste-se à degradação progressiva e lenta da situação da mulher no lar. Ela perde o direito de substituir o marido ausente ou louco... Finalmente, no século XIV, a mulher casada torna-se incapaz, e todos os atos que praticasse sem ser autorizada pelo marido ou pela justiça seriam fatalmente anulados."⁹

Sente-se, assim, em que contexto sociológico tem lugar a ino-

vação da terminologia de Nicole d'Oresme: ela nada tem de metafórica, e sua significação é evidente. Essa nova denominação, fundamentalmente discriminadora, reflete um duplo projeto político por meio de uma classificação lingüística rudimentar: desvalorizar as línguas regionais e locais e confirmar no plano lingüístico a desvalorização social da mulher. Esse último objetivo do projeto estará logo concluído:

“Não foi senão nos fins do século XVI, por uma decisão do parlamento datada de 1593, que a mulher foi formalmente excluída de toda função no Estado. A influência crescente do direito romano não tardou em confirmar a mulher naquilo que tinha sido, sempre, o seu domínio privilegiado: o cuidado da casa e a educação dos filhos.”¹⁰

E Régine Pernoud acrescenta logo em seguida:

“Até o momento em que isso também lhe seria tirado pela lei, porque, notemos, com o Código Napoleônico, ela não é dona de seus próprios bens e tem no seu lar um papel subalterno. Porque, de Montaigne a Jean Jacques Rousseau, os homens é que organizam os tratados de educação.”¹¹

Acrescentariámos: a partir de Nicole d'Oresme, são os homens que decidem sobre o valor da língua materna, sobre o que ela é e não é; e, paralelamente, acerca do estatuto sociolingüístico da mulher e de seu papel social.

Entretanto, nessa época, a mulher, sobretudo a mãe, e seu “idioma” não são tão desprestigiados como poderia parecer. Na verdade, a mulher-mulher, como sujeito político, conhece em três séculos uma decadência incontestável que caminha paralela à desvalorização de sua performance lingüística rejeitada no universo do uso vulgar. Mas a mulher-mãe e seu filho beneficiam-se, enquanto falantes, do imaginário lingüístico da época. É que há neles uma parte ainda mágica que, ligando-os às origens da língua, os torna interessantes aos olhos da elite masculina e cultivada. A mãe e o filho formam um par sagrado na medida em que são suspeitos de poder reabrir o caminho em direção à língua pré-babélica, única e universal. Notemos que, precisamente do século XIV ao século XVI, a iconografia religiosa foi tomada pelas representações *maternais* da Virgem, mãe mística. Então, cercada de um certo mistério, a mulher goza ainda de um prestígio parassocial. Sujeita-se a

Colloques, CNRS, 1955. Apud ARIÈS, P. – *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, Le Seuil, 1975. p. 239. (coll. Point).

10 PERNOUD, R. *Pour en finir avec le Moyen Âge*. Paris, Le Seuil, 1977. p. 99.

11 Idem, *ibidem*.

sua casa e também à mitologia dos tempos. Mas seu filho a salva do total descrédito porque, comunicando-se o filho com as origens e ela sabendo comunicar-se com ele, torna-se indistintamente o indispensável elo na reconquista do “Verbo” perdido:

“O menino, como um recém-nascido, sai do seio do inconsciente; foi concebido pela base fundamental da natureza humana ou, dizendo melhor, ele nasceu da natureza viva em geral. Personifica forças vitais que ficam para além dos limites da consciência, caminhos e possibilidades que a consciência ignora em sua parcialidade.”¹²

A mãe, ou a ama, será, pois, a “intermediária”, a intérprete que permite estabelecer o contato com a língua do Paraíso; porque há “um liame entre mãe, filho e música que leva ao mundo original”¹³. A língua materna será, então, nessa perspectiva mística, uma emissão músico-verbal que manifesta o inconsciente do mundo, uma enunciação primitiva e pura, susceptível de restituir aos homens despossuídos o segredo da língua das origens... Desde então, compreendida no quadro do diálogo mãe-filho, a língua materna, tão desprezada de outro modo, mas agora sustentada pelo mistério das origens, conhece uma espécie de reabilitação reparadora e revalorizadora. Ela é a voz da Natureza!

“Assim o ‘balúcio’ dos meninos e a língua das amas tornam-se o objeto de atenção particular, não pelo cuidado científico desinteressado, mas antes pela nostalgia de um suposto ‘estado’ natural comum a todos os homens.”¹⁴

De fato, é realmente a nostalgia dos homens, alimentada pelo mito do Verbo perdido, que, paradoxalmente, conserva no século XVI uma certa importância ontológica da mulher e um valor da sua língua a despeito da desvalorização de que elas são o objeto em todos os outros planos. Notemos, sobretudo, que, a partir dessa época, a noção da língua materna cria ambigüidade: o desprezo e o respeito, a rejeição e o remorso. Politicamente desvalorizada, enquanto língua doméstica de uso vulgar, ela é, contraditoriamente, supervalorizada enquanto a língua mais próxima das origens. Ela é, pois, língua original e vulgar, língua pura e impura ao mesmo tempo...

12 JUNG, C.G. Contribution à la psychologie de l'archétype de l'enfant. In: JUNG, C.G. e KÉRENYI, C., *Introduction à l'essence de la mythologie*. Paris, Payot, 1968. p. 130.

13 KÉRENYI, C. L'enfant divin. In: JUNG, C.G. & KÉRENYI, C., *op. cit.*, p. 89.

14 DUBOIS, C.G., *Mythe et langage au seizième siècle*. Bordeaux, Ducros, 1970. p. 57.

Esse desejo, tão marcante no séc. XVI, de identificar a língua original por meio da língua materna considerada como manifestação idiomática do falar místico no ambiente quotidiano, terá adeptos ocultos até no séc. XVIII.

Desse modo, o Padre Pezron, Abade de Charmoye, “afirmou que o latim se originava da língua dos antigos gauleses e do celta; mas ninguém acreditou nele: ele foi levado a essa idéia pelas ligações que percebeu entre o latim e o baixo bretão, sua língua materna, tendo ele nascido em Hennebon, na diocese de Vannes. Sua obra sobre o assunto foi impressa em 1703.”¹⁵

Mas, em resumo, esse último estado de graça de língua materna, ligada pelos homens ao mito das origens, será provisório e logo desaparecerá. A razão dessa segunda queda? A partir do final do século XVI desmoronou a utopia originarista correlativa à desmitificação da linguagem infantil e, *a fortiori*, a da mãe ou da ama.

2. No momento da segunda utopia: a linguagem artificial

Desde essa época o desaparecimento da primeira utopia se liga ao fato de que a observação metódica coloca em questão a suposta perfeição da “língua natural” da criança. A língua não é inata e não corresponde a nenhuma fala original: ela é aprendida, progressivamente reconstruída a partir de uma lenta *aprendizagem*. Essa última noção destrói todo um mito, porque faz da linguagem infantil “uma língua imperfeita e embrionária, cujas diferenças em relação à língua elaborada atestam simplesmente as dificuldades de expressão de um organismo mal preparado para seu funcionamento”¹⁶. Desde então, tem-se dedicado ao estudo dos procedimentos fisiológicos da aquisição de língua, e essa nova atitude epistemológica, *a priori* bastante anódina, está na origem de uma mudança radical de mentalidade da filosofia da linguagem no Ocidente: a língua ideal não está no passado, mas no futuro.

Que acontece, então, à língua materna no quadro dessa grande agitação cronológica da utopia? Tendo se tornado inútil, ela se torna objeto de críticas severas, como a de Laurent Joubert:

“Em relação às palavras bizarras e estranhas que elas usam, a sua maior parte lhes é ensinada pelas mulheres que balbuciam com elas, imitando as outras crianças, que pronunciam frouxamente; as outras palavras que

15 Mencionado por Court de Gébelin em *Monde primitif, analyse et comparé avec le monde moderne, considéré dans les origines latines; ou Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris, Ed. Nyon l'aîné, nova ed. 1796, 1^a ed. 1776. *Discours préliminaire sur les origines latines*, 1^a parte, art. III, § V.

16 DUBOIS, C.G., op. cit., p. 105.

elas parecem inventar e atribuir a muitas coisas são palavras corrompidas de verdadeiras designações que elas mutilam ou falsificam de diversas maneiras...”¹⁷

17 JOUBERT, L. *Question vulgaires: quel langage parleroit un enfant qui n'auroit jamais ouï parler.* In: - *Erreurs populaires.* Lyon, 1608. Apud DUBOIS, C.G., op. cit., p. 105.

18 Cf. DUBOIS, C.G., *idem*, p. 103.

19 Cf. a esse respeito, CERTEAU, M. de; JULIA, D.; REVEL, J. *Une politique de la langue* (la révolution française et les patois). Paris, Gallimard, 1975.

20 CORDEMOY, G. de. *Discours physique de la parole.* Paris, Copedit, 1970. (Coll. da Bibliothèque du graphé) (reprodução do texto da edição de 1704).

21 Declaração mencionada por ZELDIN, Th. *Histoire des passions françaises. 2. Orgueil et intelligence.* Paris, Le Seuil, 1980. p. 199. (Coll. Points).

22 “Nature”: organe sexuel des femelles. *Travaux de la section de linguistique et de folklore.* Dijon, 1942. apud VERDIER, Y. *Façons de dire, façons de faire.* Paris, Gallimard, 1979. p. 41 (Coll. Bibliothèque des Sciences Humaines).

23 MERSENNE, *Harmone Universelle.* 1636. *Traité de la voix et des chants.* l. I prop. XII, p. 12. Apud LENOBLE, R. *Mersenne ou la naissance du mécanisme.* Paris, J. Vrin, 1943. p. 515.

Sucintamente! Nessas condições a língua da mãe ou da ama não é nem mesmo uma ligação útil entre as crianças e os homens, pois que leva a pronúncia infantil a uma certa estagnação, e até mesmo a um “desregramento”. Mais ainda, língua imperfeita, ela deixa traços de sua imperfeição na linguagem constituída dos adultos¹⁸, acentos, durações e, provavelmente, construções e termos regionais impróprios e “estranhos”. A mudança é completa: a língua materna tornou-se um *obstáculo* no caminho que conduz à língua ideal. E, já, através dessa segunda desvalorização da língua materna, se colocam a Norma, a ideologia do Bom Uso, a monopolização da pedagogia pelos homens e, por outro lado, “a caça aos dialetos e aos *patois*...”¹⁹

Que acontece em seguida à personagem materna e à sua língua nos escritos científicos? O século XVII, século sem ou quase sem inquietação, fê-las desaparecer quase totalmente. G. de Cordemoy terá a ousadia de evocar o papel da ama na aquisição da linguagem²⁰ – prova de que a mulher não foi tão radicalmente excluída, como se poderá ver, dos circuitos lingüísticos cotidianos. Mas a Academia Francesa, em 1694, definirá a ortografia como elemento que distingue “os homens letrados dos ignorantes e das simples mulheres”²¹ – prova de que se a língua da mãe existe sempre, confinada no espaço doméstico, ela não é, por acréscimo, senão uma língua pobre fechada nos limites estreitos de uma oralidade marginal. A língua materna é a língua da ignorância envergonhada, a qual deve ser logo ultrapassada, rejeitada, esquecida. De fato, os homens têm, dessa vez, a intenção de chegar à língua ideal sem recorrer à mulher; a Razão, dirigida ao futuro, será suficiente para descobrir a língua universal. O retorno pela Natureza, quer dizer, fundamentalmente, pelo componente feminino e animal²² da comunicação verbal, não é mais considerado como necessário. Desse modo, pelo menos julgará Padre Mersenne:

“... não é necessário que uma língua seja natural para ser a melhor de todas, mas é suficiente que ela expresse o mais nitidamente e o mais brevemente possível os pensamentos do espírito e os desejos da vontade.”²³

A língua da mãe, definitivamente excluída enquanto intermediária entre os homens e a língua ideal, é a noção de uma lín-

gua baseada na natureza que se apaga enquanto “se afirma a possibilidade de constituir com todas as peças uma língua artificial mais perfeita que os idiomas existentes”²⁴. Esse projeto, de resto apoiado por Descartes – “penso que essa língua é possível e que se pode encontrar a Ciência da qual ela depende”²⁵ – consiste de fato não só em querer retificar racionalmente as línguas usuais, mas ainda, em nome da Razão e contra a natureza enganadora, em querer edificar um princípio ou um código constitucional da língua, quer dizer, em última instância, um código “artificial”, próprio para vigiar, para controlar, para discriminar e proscriver todos os “desvios” lingüísticos individuais, locais ou regionais. Igualmente, a utopia da língua artificial, enquanto lança as bases filosóficas de toda uma política lingüística, revela-nos o impensado sociológico e o inconsciente científico fundamental do século XVII: normalizar, uniformizar e, sobretudo, condenar ao desaparecimento, em prazo mais ou menos longo, as línguas vulgares não conformes ao modelo, quer dizer os idiomas irracionais e sem escrita dos ignorantes e das mulheres. A Academia Francesa é fundada em 1635: a era dos gramáticos universais começa enquanto já se esboça uma teorização lingüística repressiva. Desde então, a língua é estreitamente vigiada pelos homens, a exemplo da mulher, condenada a ficar em casa.

Notar-se-á, entretanto, que depois das “profecias” do padre Mersenne, a adesão à nova utopia não deixou de suscitar em certos grandes pensadores atitudes equívocas e “hesitações”. Não se livra desse modo de sua mãe, se se pode dizer. A esse respeito uma das figuras mais notáveis é, sem dúvida, Leibniz. Certamente, pode-se dizer que Leibniz, em seguida a Locke, opta por uma concepção construtivista da língua tornando possível a elaboração de metalinguagens sintáticas ideais²⁶. Certamente, “a procura da língua ideal e original se transforma, em Bacon e Leibniz, numa procura de língua *ótima* do futuro que deveria ser construída a partir de observações feitas sobre as línguas reais”²⁷. Mas Leibniz não concorda com o radicalismo mecanicista e o artificialismo cartesianos. Para Leibniz, em nenhum momento se trata de fazer abstração dos dados filológicos em nome da Razão pura. Além disso, como o sublinha G. Gusdorf, é preciso ver que o mito das origens tem ainda o seu lugar nesse filósofo “construtivista” e que, conseqüentemente, a procura da língua perfeita deve ser sempre compreendida, a despeito da modernidade do método, como *nostalgia* da língua original²⁸. A língua ideal do futuro, que será de fato a língua pré-babélica redescoberta pela Razão, não se pode construir, para Leibniz, fora do mundo, em um gabinete, sobre uma mesa vazia. É preciso ir aos campos pro-

24 GUSDORF, G. *Les sciences humaines et la pensée occidentale III: la révolution galiléenne*. Paris, Payot, 1969. t. 2, p. 338.

25 DESCARTES, R. *Lettre au Père Mersenne*, 20 novembre, 1629. In: *Oeuvres philosophiques* (éd. de F. Alquié). Paris, Garnier, 1963. t. 1. p. 232.

26 KRISTEVA, J. *Le langage, cet inconnu*. Paris, Le Seuil, 1981. p. 173. (Coil. Points).

27 APOSTEL, L. *Épistémologie de la linguistique*, p. 1067.

28 Cf. GUSDORF, op. cit. p. 321.

curar arcaísmos lingüísticos que nos permitam compreender as expressões contemporâneas. Não se deve destruir nada, mas ao contrário observar. Leibniz, ainda que seduzido pela lógica construtivista, não pretende, ainda mais, negar sua língua materna como alguns o farão. Ele pretende somente, mais escrupuloso, menos radical, conciliando história e perspectiva, ajudá-la a evoluir até que ela se torne uma língua de cultura²⁹. Não destruir, transformar. Não desprezar, aperfeiçoar. Não se encontra em Leibniz o assassinato simbólico da mãe por negação pura e simples da língua materna, mas um respeito real por uma mãe metafórica: o país, o campo e seus habitantes que formam “uma mãe imensamente extensa, eterna e projetada ao infinito”³⁰. Leibniz, precisemo-lo, não deixará de preconizar o recurso sistemático aos métodos de pesquisa de campo e será um dos raros homens de seu tempo a sublinhar a importância da fala popular e da tradição oral.

Em compensação, a utopia da língua artificial engendrou, também, em alguns, atitudes afetivas sem suspeita, quer dizer um ódio explícito pela língua materna considerada categoricamente como uma língua medfocre e vazia. É sobretudo o caso de Sir Robert Boyle (1627-1691) que confessa, depois de se dedicar às matemáticas, à física e à química, ter-lhe sempre repugnado aprender a língua materna irlandesa visto lhe parecer vão e infrutífero o estudo das palavras:

“...o saber real deu-me uma tal aversão e tal desprezo pelo vão estudo das palavras, que não somente visitei diversos países sem me dignar a estudar sua língua, como também não me pude decidir a aprender a língua do reino (da Irlanda) onde nasci e fui educado durante anos.”³¹

Pode-se justificar essa atitude lembrando-se de que se constituem no século XVII linguagens físico-matemáticas “cuja perfeita inteligibilidade contrasta completamente com a insuficiência das línguas usuais.”³² E pode-se justificar R. Boyle e outros que procederam a uma verdadeira *algebrização* da expressão verbal comum a fim de extrair dela a lógica essencial. Mas considerar uma tal *recodificação* artificial dos idiomas, não é também querer conduzir a *destruição* simbólica do que existe? Porque o maximalismo de Boyle, a natureza excessiva de sua atitude, ou melhor de sua linguagem, testemunha outra coisa além da Razão pura. Concede-se mal, com efeito, que Boyle não fale nenhuma língua usual porque ele sabe se servir

29 Cf. *Idem*, p. 311.

30 BONAPARTE, M.
Apud BACHELARD, G. *L'eau et les rêves*, p. 156.

31 BOYLE, R. Apud JONES, R.F. *Science and language in England of the mid 17th century* (1932), comentado por GUSDORF, op. cit., p. 335.

32 *Idem*, *Ibidem*.

do inglês para expressar seu desprezo em relação à língua e às palavras! Uma tal contradição no interior do discurso do cientista denota, além de uma certa paixão, uma parte de imaginário que não podemos negligenciar e que, além do móvel objetivo de depuração da língua, poderia bem estar na origem de um projeto inconsciente que nos levaria a lembrar (voltaremos a isso) o de Louis Wolfson em 1970³³: destruir a língua materna, desintegrar o seu código e sua palavra por meio de algebrização, sendo a formalização metalingüística da comunicação um álibi pseudocientífico destinado a mascarar uma pulsão matricida.

3. Além das utopias: a língua do pai

Duma utopia a outra, há uma estranha dialética entre ódio e amor da língua materna que estruturou, numa parte essencial, o imaginário da lingüística pré-científica. Sob esse ponto de vista, o par de Leibniz/Boyle é uma personificação perfeita dessa dualidade que determinou, às escondidas, o desenvolvimento da lingüística do século XIV ao XVII e mesmo depois. Um encarna a nostalgia e o remorso; o outro, o ódio e o desprezo. A história da ciência da linguagem aparece aqui como um vasto drama do qual nós tentamos reconstituir o cenário e o enredo geral. Há, nessa história, heróis positivos e heróis negativos; mudanças de situação e uma vítima que deixa finalmente a cena e os discursos depois de alguns trejeitos:

“E, por pouco que tenham vivido (as crianças), elas observam tão bem o rosto de sua ama, que ela pode fazê-las chorar ou rir, só em olhá-las.”³⁴

A mãe iniciadora, sorridente e falante, desaparece pouco a pouco atrás da tela do racionalismo lingüístico que nasce. A mulher em casa é Eva que é colocada na cela. O objetivo de Leibniz é, contudo, encontrar a *lingua adamica*! De fato, Adão se vinga com grandes golpes das gramáticas universais onde ele faz sua a língua. Adão dirige o Mundo: fora de casa, dedica-se à indústria, ao comércio, às viagens. Ele troca, ele conta, ele conquista, ele planifica, ele mapeia, ele codifica tudo. Em todas as camadas da sociedade é assim: ele é todo poderoso. Estamos já em pleno século XVIII. Esse século terá J.J. Rousseau, que reintroduzirá, nas origens da comunicação verbal em particular, paixões, desejos e sentimentos. Mas essa restauração, especulativa em suma, da afetividade na língua, será uma reabilitação sem amanhã: o *Essai sur l'origine des langues*, que, aliás, aparecerá três anos depois da morte do filólogo, em 1784, será negligenciado pela posteridade imedia-

33 WOLFSON, L. *Le schizo et les langues*. Paris, Gallimard, 1970. (coll. *Connaissance de l'inconscient*).

34 CORDEMOY, G. de. *Discours physique de la parole*, p. 20.

ta.³⁵ O pessimismo sociológico do genovês, além de denunciar, constatará um estado político em que a língua deve ser, de mais a mais, una, nacional, indivisível e uniforme:

“Concebe-se que, entre os homens assim ligados e forçados a viver juntos, deveu-se formar um Idioma comum mais que entre aqueles que vagavam livremente pela floresta.”³⁶

Com efeito, a normalização lingüística coincide com o aparecimento dos nacionalismos. Se é verdade que o século XVIII defende “os direitos dos sentidos e da paixão”³⁷, não será menos verdade que essa defesa não se efetuará sobre a ciência da linguagem cuja única paixão será a exigência racionalista: “A gramática geral e... a língua universal serão preocupações constantes para a geração dos Enciclopedistas e até mesmo para as gerações posteriores”³⁸. Esse século terá também pensadores como Court de Gébelin e James Harris. Rousseau/Harris: sempre essa mesma dualidade afetiva perpetuada, sempre essa mesma dialética entre o amor e o ódio dando-se no coração da lingüística.

Acontece que essa dialética oculta está na origem de uma visão ideológica da linguagem donde emergirá, no correr dos séculos, *um modo oficial e exclusivo de existência para a língua*. Conhece-se o resultado do drama: a mãe desapareceu, seqüestrada. Fica o pai. E o pai é a norma, é o “Bon Usage”! Bossuet já o diz no seu discurso de recepção na Academia Francesa, em 1671: “O uso (...) é chamado com razão o pai das línguas. O direito de fixá-las como o de regulá-las nunca foi questionado com o povo, mas, se essa liberdade não quer ser cerceada, ela é possível, entretanto, de ser dirigida.”³⁹ A partir disso, conclui-se, sem dificuldade, que a língua do pai é a língua dirigente, quer dizer, a língua que estabelece a ordem e o rigor, os dicionários, as gramáticas e as leis das quais resultam ciências, técnicas e polícias... Bossuet, lembrando em seguida o empreendimento do *Dictionnaire*, prossegue dizendo que a Academia “nasceu para levar a língua francesa à perfeição da língua grega e da língua latina”. E qual é essa perfeição de língua latina senão aquela do pai! Eis, um século depois da declaração de Bossuet, como Court de Gébelin nos descreve a língua latina:

35 Cf. ROUSSEAU, J.-J. *Essai sur l'origine des langues où il est parlé de la mélodie et de l'imitation musicale*. Ed. intr. e notas de C. Porset. Paris, A.G. Nizet, 1976.

36 ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité*. Paris, Gallimard, 1968. p. 93. (Coll. Idées).

37 CASSIRER, E. *La philosophie des lumières*. Paris, Fayard, 1970. p. 341.

38 GUSDORF, op. cit., p. 346.

39 BOSSUET. *Discours de réception à l'Académie Française*. 18 juin, 1671. Apud GUSDORF, op. cit., p. 307.

“Falada pelos vencedores das nações antigas, ela participou de todas suas revoluções & trouxe sem cessar suas marcas. Máscula & nervosa, enquanto não se ocupavam senão de combates e massacres, ela trouxe nos

campos & fez tremer os Povos mais orgulhosos, os Monarcas mais déspotas. Opulenta e majestosa, quando, cansados dos combates, eles quiseram lutar em ciência & em graças com os Gregos, tornou-se a língua sábia da Europa, & fez desaparecer, por seu brilho, os idiomas dos selvagens, que disputavam sua posse. Depois de ter submetido todos esses Povos, por sua eloquência & por suas leis, tornou-se a Língua religiosa, quando a Roma cristã atraiu os Povos do Ocidente para o seio do Cristianismo.”⁴⁰

Os termos empregados por C. de Gêbelin para qualificar a língua latina, língua-modelo, são transparentes aqui. A língua verdadeira e autêntica deve ser masculina, sendo uma de suas funções essenciais, diante da organização social, destruir os idiomas que não o são, os dialetos dos vencidos, os *patois* das tribos locais e regionais... Esse discurso, apenas metafórico, reflete perfeitamente o que era e o que será a política lingüística na França durante séculos: destruir, em nome da comunidade, as minorias lingüísticas e impor uma língua oficial que funcione como passaporte social para sair do mosaico dos idiomas ou falares inferiores. Essa língua oficial é a língua dos homens porque é a língua da guerra, da política, a língua da autoridade militar, jurídica e espiritual, enfim a língua erudita e refletida. E C. de Gêbelin conclui:

“Assim, a Língua Latina ao mesmo tempo língua dos Combates, da Política, da Eloquência & da Religião, tornou-se, em todo o Ocidente, a língua de toda pessoa que quisesse pensar: tudo foi submetido a seu Império & foi necessário ou saber essa língua ou passar por bárbaro.”

Então, nessas condições o que será da língua materna, de seu “estatuto” e mesmo de sua existência? Língua regional, local, doméstica, ela é idioma dos selvagens, língua não-codificada, língua informal disseminada no mosaico pitoresco dos dialetos combatidos, língua de um território desprezado: a Barbárie⁴¹. Ali, nessa região social obscura, a língua materna passa quase por uma não-língua como os bárbaros eram os não-gregos; ela é a língua do não-pensamento e do não-poder, uma língua sem regras, uma língua de horda, rudimentar e desprezível, reprimida, vencida pela língua “ máscula e nervosa” do pai, do guerreiro, do padre, do filósofo, do matemático. O enfoque teórico da língua materna por J. Harris, em 1751, é, sobre isso, totalmente esclarecedor:

“Tomemos, por exemplo, a arte de falar: todos os-ho-

40 GÉBELIN, Court de, *Monde primitif, analyse et comparé...*; *Discours préliminaire...* 1^{re} partie, art. 1, § 1.

41 Não nos esqueçamos, entretanto, de que se trata aqui da visão lingüística de uma certa elite teorizadora. Para o legislador revolucionário, ao contrário, essa língua é a língua da liberdade. Cf. JULIA, D. *Les trois couleurs du tableau noir, La Révolution*. Paris, Belin, 1981.

mens, mesmo aqueles da classe mais baixa, sabem falar sua língua materna. Quantos deles, uma multidão imensa, não sabem escrever nem mesmo ler! Quantos, entre aqueles que têm pelo menos esse grau de instrução, ignoram inteiramente a gramática que ensina a se conformar ao gênio de sua língua! Quantos deles há, enfim, que tenham algum conhecimento da gramática universal, quer dizer, dessa gramática que, sem atentar nos idiotismos ou expressões próprias de cada língua em particular, não considera senão os princípios comuns e essenciais a todas as línguas!”⁴²

A língua materna é aqui, exatamente falando, o grau zero da comunicação humana. Abaixo da escrita e da leitura, além das quais se encontram ainda dois níveis metalingüísticos que são os das gramáticas particulares e da gramática universal, escondida sob três camadas de línguas de complexidade superior, a língua materna, vencida, é, pois, o nível lingüístico mais baixo: não somente comum, ela é ainda inconsciente ou irrefletida como a das crianças. Ignorando totalmente as regras que a governam, não é capaz mesmo de se representar graficamente ou de se retomar na leitura. É verdadeiramente uma língua selvagem, instintiva, ainda não-codificada, esboço de uma verbalização mínima recém-saída da animalidade.

Pode-se perguntar aqui se o termo *língua materna* é uma expressão que, além da noção de língua oral, usual e de uso inferior – que é evidente, visto ser ela representada por Harris como um idioma popular adquirido antes mesmo que se saiba ler e escrever – remete à idéia específica de língua doméstica ou local transmitida e difundida pelas mulheres. É verdade que um termo qualificador, em uso há séculos, pôde tornar-se uma imagem inconsciente ou involuntária, uma simples maneira de falar à qual não corresponde mais nenhuma representação. O qualificativo *materna* pode ser assim uma banalidade conceitual que equivale simplesmente à noção de origem, pouco importando o sexo do enunciador.⁴³ Entretanto, quando se compara a pirâmide das línguas estabelecida por Harris e a realidade social da época, é impossível não pensar que uma determinada representação da mãe continua presente, ainda que subliminar, sob a expressão. De fato, há uma semelhança perturbadora entre a hierarquização *lógica* das línguas estabelecidas por Harris e a hierarquização *sociológica* dos papéis da mulher e do homem durante o mesmo período. Nos séculos XVII e XVIII, a mulher, salvo certas exceções célebres, ocupa uma função social ínfima e desprezível. Inexistente na vida pública e subalterna na casa (cf. 10), seu papel é compa-

42 HARRIS, J, *Hermès ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*. Trad. F. Thurot. Genève - Paris, Librairie Droz, 1972. p. 11-12.

43 A respeito dessa reflexão, cf. SCHLANGER, *Les métaphores de l'organisme*, p. 125-6.

rável à língua que com efeito lhe pertence e que ocupa grau inferior na pirâmide das línguas. A língua materna é, antes de mais nada, uma língua doméstica que, ficando à margem da vida coletiva, como a mulher, não tem nenhuma virtude performativa, profissional, jurídica ou política... Em seguida vem sozinha a sociedade dos homens propriamente dita. Ela começa, além da ignorância feminina e popular, com a leitura e a escrita. Ali vivem os comerciantes, os banqueiros, os fabricantes, os membros do baixo clero, etc. E, no alto da pirâmide social, estão os eruditos, os pensadores, os nobres, os políticos e os "jurisconsultos", como diz C. de Gébelin, aqueles que não somente usam a língua, mas também a corrigem e criam, ou refletem sobre ela.

Parece realmente então que, até o século XVIII, a imagem materna da língua corresponde sempre a uma representação desvalorizadora da mulher e de seu discurso. A mãe é o emblema de uma inferioridade social e lingüística. Para confirmar essa representação ideológica, ilustraremos nosso propósito com a ajuda de uma gravura de F. Guérard datada do fim do século XVII e assim descrita por P. Ariès:

"O pai (...) mostra pela janela o porto, o cais e os navios, origem de sua fortuna. No cômodo, perto da mesa onde ele faz suas contas e onde estão colocados sua bolsa, moedas e um ábaco, sua mulher acalenta um bebê, envolvido em panos e vigia uma outra criança vestida."⁴⁴

Trata-se de uma cena doméstica, que ilustra perfeitamente a distribuição dos papéis e a estratificação da língua em função dos sexos: é suficiente decodificá-la. Temos aqui, de início, uma imagem do isolamento da mulher nos séculos XVII e XVIII. Seu espaço é a casa, o *interior*, onde ela cuida das crianças. Esse espaço é o de uma comunicação simples e rudimentar, oral e gestual, essencialmente afetiva: ela acalenta um e vigia o outro. Enquanto isso, o pai conta; ele é a encarnação da razão comercial e possui a linguagem complexa do comércio. Seu espaço escolhido é o *exterior*, o espaço portuário das trocas. O homem não cria, como a mulher, somente sentimentos, mas *também* negócios. Por isso, ele usa *também* o código veicular utilizado em todos os portos⁴⁵, essa língua própria à comunicação supralocal, assim como uma determinada técnica representada pelas moedas e pelo ábaco. A bolsa sobre a mesa atesta o poder que advém dessa dupla competência ao

44 ARIÈS, *L'enfant et la vie familiale*, p. 233.

45 Cf. CALVET, L. - *Les langues véhiculaires*. Paris, P.U.F., 1981 (Coll. Que-sais-je?).

homem. Ela canta. Ele conta. Ela é uma cigarra ignorante, submissa casada com uma formiga matemática e bilingüe... Finalmente, o que se pode perceber dessa cena é a expressão metafórica de um triunfo histórico: o triunfo da razão sobre a afetividade, do pai sobre a mãe e, além disso, dos códigos artificiais, veiculares ou nacionais sobre os códigos tradicionais, regionais ou maternos. Na aurora da revolução industrial, trata-se aqui da vitória da língua do pai sobre a língua da mãe; ou ainda da marginalização política irreversível da *lingua della casa* pela *lingua del pane*:

“A língua da casa ou *lingua della casa* é, antes de tudo, a língua da mãe, das mulheres, é verdadeiramente a língua materna. O pai é, na maioria das vezes, bilingüe e, se ele ainda usa a língua materna em casa, é uma outra língua, aquela que é associada ao poder na comunidade, aquela que permite ganhar seu pão, a *lingua del pane*, que lhe permite criar para si uma língua na sociedade.”⁴⁶

A *lingua del pane* é a língua da unificação lingüística, a língua que, tendo adotado a convenção lingüística nacional, renega e rejeita a diversidade dialetal na domesticidade e no ruralismo. Estamos então quase no fim de um procedimento de normalização lingüística, esboçada na França com o francês a partir do século XVI⁴⁷, que foi se ampliando com o desenvolvimento da indústria, do comércio e da urbanização. Porque a língua paterna, a *lingua del pane*, é também a língua da cidade, língua ligada ao espaço de todos os poderes: industrial, comercial, administrativo, militar, cultural, científico. A partir desse momento é nas cidades que se faz a história, que a unidade nacional se fortifica e que a língua é *una*, ao contrário dos campos: “uma língua é a maneira de falar de uma nação”, dirá Du Marsais⁴⁸, tirando assim da definição a multiplicidade objetiva das línguas regionais! É como se a segunda utopia tivesse “descido” sobre a realidade social, ao preço de alguns encobrimentos: deverá existir, a partir desse momento, somente uma língua para todo o país, portanto uma língua “universal” mas “artificial” pois que instaurada por força de convenção. Quanto à mulher, ela não vive mais nem no campo, nem na cidade: ela vive em casa, espaço fechado, espaço extra-social onde, levando uma existência obscura com seus filhos fora da vida pública, ela espera a volta do *pater familias* que saiu para a cidade a negócio...

46 YAGUELLO, M. *Les mots et les femmes*. Paris, Payot, 1979. p. 41-42. (Coll. Languages et Sociétés).

47 MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris, Klincksieck, 1952. t. 2, p. 100.

48 DU MARSAIS, *Véritables principes*. Apud AUROUX, S. *La sémiotique des encyclopédies*. Paris, Payot, 1979. p. 240. (Coll. Languages et Sociétés).

4. Volta à mãe:

lingua della casa e lingua matrix

Entretanto, é preciso evitar pintar um quadro excessivamente sombrio do século XVIII. Certamente, esse século, à imagem do discurso dos Enciclopedistas, tem qualquer coisa de totalitário, querendo tudo integrar, classificar e ajuntar num só bloco, numa só língua, querendo policiar e normalizar tudo. Certamente, esse século, em muitos casos, fez ver um nacionalismo estreito: basta que se lembre aqui do fanatismo de Diderot em relação à língua francesa⁴⁹, pronto a negar o planeta inteiro a fim de abstrair o cientificismo da língua nacional. Mas esse século será, também, marcado, de Montesquieu a Rousseau, de Voltaire a d'Alembert, pelo progresso social. Diderot escreve: “somente da comparação do vocabulário de uma nação em diferentes tempos, formar-se-ia uma idéia desse progresso”⁵⁰. Essa última palavra justifica por si mesma a normalização lingüística porque essa normalização é de fato para o enciclopedista a *universalização* e, portanto, o progresso. É preciso que vejamos, assim, nesse contexto ideológico mais “positivo”, o que aconteceu à língua materna submetida à norma. Que aconteceu, em última instância, à sua oculta especificidade, a seu estatuto social, e cultural? Que aconteceu à sua forma e à sua função? Que aconteceu, enfim, à personalidade social da mãe enquanto sujeito falante?

O empreendimento enciclopédico não consiste somente em uma série de verbetes classificados alfabeticamente. Ela pretendia também promover a *alfabetização*. De fato, a pedagogia, o ensino das línguas entre outros objetos, ocupa aí um lugar essencial. Através da pedagogia, faz-se a reinserção social e a revalorização da língua materna, da *lingua della casa*. Num ambiente mais e mais monolingüe, a língua materna não é mais, pouco a pouco, uma *outra* língua, uma língua à parte, mas, sobretudo, o primeiro lugar de aquisição, a *domicílio*, da língua nacional; porque é à mãe, novamente, que cabe o papel essencial de depositar o primeiro limo lingüístico em cada indivíduo: contanto que este seja o “bom”! Esse papel, a despeito da situação social pouco valorizada da mãe no século XVIII, os Enciclopedistas o perceberão, atribuindo desde então à língua materna, além da função sociológica reconhecida, um valor intrínseco: aquele de um *modelo de aprendizagem* baseado na palavra e no uso e não em regras e na razão pura.⁵¹ Esta reabilitação funcional, essa descoberta do valor pedagógico da língua materna, além da unificação lingüística, efetiva realmente nas cidades, releva do fato de que o século XVIII, ao contrário do XVII, é mais dirigido ao presente que

49 Cf. DIDEROT, D. *Lettre sur les sourds et les muets*. 1751. J. Bentham, por sua vez, terá uma atitude semelhante em relação ao inglês: Cf. CHOMSKY, N. *La linguistique cartésienne*. Paris, Le Seuil, 1969. p. 55, nota 52.

50 DIDEROT, D. Verbetes “Encyclopédie”. Apud AUROUX, op. cit., p 71

51 Cf. AUROUX, op. cit., p. 234 ss.

ao passado. Essa atitude se concretiza nas ações através de uma pedagogia lingüística centrada nas *línguas vivas*. A língua materna, língua oral, língua das primeiras palavras e, portanto, língua da aprendizagem está de fato integrada de novo ao universo do lingüista (de onde ela esta em suma excluída) na condição de modelo pedagógico válido tanto para a aquisição das línguas estrangeiras como para aquisição da língua nacional.⁵² A língua materna torna-se, finalmente, tanto uma prática semiótica educativa, um método ou uma habilidade quanto um nível de língua preliminar.

Essa nova visão da *lingua della casa* não tardará a criar comportamentos sociais novos no universo familiar. Assim, nos fins do séc. XVIII, fazendo eco às reflexões de Rousseau em *Émile*⁵³, “os homens responsáveis querem que as mulheres tenham um papel mais importante na família e sobretudo junto às crianças”⁵⁴. Estamos aqui longe do universo doméstico de Guérard. Outrora reclusa e encurvada na *casa*, a língua da mãe torna-se didática, língua não mais vulgar, mas língua de *vulgarização* do idioma nacional – daí a identificação entre língua materna e língua nacional, expressa nos dicionários. A mãe, recuperada pelo projeto nacionalista, torna-se assim centro de transmissão e de normalização lingüística. A mãe e sua língua adquirem, então, um poder educativo que as revaloriza. Mas, simultaneamente, esse novo “poder” absorve totalmente a mulher, que, mais que nunca, deve ficar em casa:

52 *Idem*, *ibidem*.

53 ROUSSEAU, J. -J. *Émile*, livro V: “Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda seus costumes.”

54 BADINTER, E. *L'amour en plus (Histoire de l'amour maternel. XVIIe, XIXe siècles)*. Paris, Flammarion, 1980. p. 165-6.

55 *Idem*, p. 207-8.

56 KNIBIEHLER, Y & FOUQUET *histoire des mères du Moyen Age à nos jours*. Paris, Ed. Montalba, 1980. p. 183.

“É então uma nova maneira de viver que aparece nos fins do século XVIII e que se desenvolverá ao longo do século XIX. Orientada para o “interior”, “a intimidade” que conserva o calor dos laços afetivos familiares, a família moderna gira em torno da mãe que assume uma importância jamais tida anteriormente.”⁵⁵

A mãe torna-se, assim, não só responsável, mas também culpada e isso apenas saída da “barbárie” na qual a mantinham fechada. A “Rainha do lar”, como a nomeou Madame Necker de Saussure em 1828 na *Éducation progressive*, deve com efeito ser, daí por diante, vigilante, atenta e até mesmo metódica. De fato, muitos periódicos, a serviço de sua pedagogia doméstica cada vez mais controlada, aparecem no século XIX, fustigando, como o faz o *Journal des dames et de la mode*, “as mães descuidadas que se livram de seus filhos colocando-os em colégios”⁵⁶. Sendo a mãe responsabilizada como nunca, a língua materna torna-se assim uma instituição oficiosa, invisível mas estreitamente controlada. Não devendo escapar à vi-

gilância do estado, a língua materna, outrora “dialeto” menos-prezado, torna-se repentinamente, depois de séculos de humilhação, policiada e integrada ao sistema educativo em geral. Em uma palavra! A *lingua della casa*, do século XVIII ao século XIX e mesmo depois, passa a ser o objeto de uma promoção social *equivoca* que contrasta estranhamente com o estatuto que anteriormente lhe era reservado. Essa mudança de situação resultou da falta do “Rei do lar”, muitas vezes ausente?

“Na incerteza geral dos princípios de educação e na ausência de seus maridos, ocupados fora de casa, elas podiam (as mães) fazer valer sua palavra. De 1780 a 1848, os tratados de educação escritos por mulheres se multiplicam, convidando as mães a se conscientizarem de sua responsabilidade.”⁵⁷

A língua materna, finalmente refletida, torna-se, então, além de *expressão* de uma nova força social, o objeto de todo um *discurso* feminino/feminista cujos limites, entretanto, homens como E. Durkheim, e antes dele A. Comte, logo assinalarão. De acordo com esse último, a mãe é a fonte de toda a educação moral e intelectual até o término da “educação puramente doméstica”⁵⁸, mas não além disso. Depois, a responsabilidade educativa deve passar às mãos dos homens. Dar à mãe o que pertence à mãe? Sim, mas... A instauração do ensino obrigatório virá confirmar essa desconfiança do “pai” não fazendo, novamente, da língua materna senão uma primeira etapa do conhecimento em geral e da aquisição da linguagem em particular.

Isso constitui a primeira “volta à mãe”. Para a segunda, retomamos o século XVIII. Depois da *mãe social* e da *lingua della casa*, eis, simultaneamente, a *mãe mítica* e a *lingua matrix*. Efetivamente, nesse fim de século, com William Jones, em 1786, a mitologia originarista renasce de suas cinzas com o sânscrito. Leibniz, em 1710, tinha razão em recusar a tese do hebreu – língua mãe! A língua original está situada (para) além do ponto de aparição de todas as línguas conhecidas⁵⁹, não sendo o sânscrito, em relação a esse ponto matriarcal, senão um estágio avançado de língua. Desde então, a Índia suscita uma verdadeira fascinação entre os filólogos: ela é o lugar da língua materna abandonada, o espaço do idioma original perdido⁶⁰, o ponto de emergência da *Muttersprache* que, revelada ao Ocidente, agita profundamente o imaginário científico europeu⁶¹. A Índia é o amor de novo, a nostalgia reativada, o território da divina regressão. Sabe-se das conseqüências positivas da descoberta do sânscrito sobre a ciência da lingua-

57 KNIBIEHLER & FOUQUET. op. cit., p. 181.

58 COMTE, A. *Système de politique positive (1851-1854)*. Paris, Société Positiviste, 1929. cap. 3.

59 Cf. MOUNIN, G. *Histoire de la linguistique des origines au XXe siècle*. Paris, P.U.F., 1970. p. 149 (coll. SUP).

60 KRISTEVA, op. cit., p. 193.

61 WEISGERBER, L. *Die Entdeckung der Muttersprache in europäischen Denken*. Lüneburg, Heliand - Verlag, 1948.

gem, visto que ela permitirá extrair os princípios de uma genealogia lingüística rigorosa. Mas o que nos interessa aqui, sobretudo, é o valor e a significação simbólicos dessa descoberta no íntimo do imaginário científico. Com ela, a língua materna se desdobra aos olhos dos lingüistas; ou ela é o produto de uma mãe mitológica transcendente à história e à realidade social ou o produto de uma mãe histórica imanente à história e à realidade social. Nessa época, o francês distinguirá a primeira da segunda por meio dos significantes *língua-mãe* e *língua materna*; mas os alemães, é de se notar, embora empregando o termo *Uhrsprache* para designar a primeira, utilizam indiferentemente o significante *Muttersprache* para designar a primeira e a segunda, prova de que a oposição não é tão forte nos espíritos como não-lo poderia fazer crer a realidade e de que a imagem materna da língua se conserva *una* no inconsciente dos lingüistas.

Para mostrar o valor simbólico da descoberta do sânscrito e suas conseqüências, é preciso recolocar o acontecimento no seu contexto sócio-político. O Ocidente está às vésperas de colonizar o mundo: a descoberta do sânscrito é o resultado da colonização inglesa: a África, a Ásia, as ilhas do fim do mundo são ocupadas e essa ocupação é recebida pela elite científica como uma recuperação do estado de natureza primitiva de onde saiu o Ocidente, estado por que passou o Ocidente antes de tornar a civilização masculina e adulta que se reconheceu na sua diferença. À procura do original sucede a procura do *primitivo*: o espaço substitui o tempo, o outro torna-se um outro lugar e a etnografia sucede à história⁶². Qual é, então, o sentido ou o valor simbólico dessa busca etnográfica planetária empreendida pelo Ocidente? E, além disso, qual o objetivo específico da lingüística no quadro desta expansão etnográfica naquilo que se refere à imagem materna da língua? Trata-se, talvez, mais de adaptar o mundo a um imaginário que de proceder à sua reconstituição objetiva...

Hegel já havia esboçado uma tal imagem do mundo africano que a África devia ser um mundo totalmente diverso em relação ao Ocidente, ou mais precisamente, um mundo "invertido"⁶³, um mundo primitivo onde tudo que estivesse no lugar no nosso mundo estaria deslocado no mundo deles: um mundo estranho. Sobre a estranheza desse mundo, que não é a África, mas tudo o que não é Ocidente, fala um pensador como Johann J. Bachofen (1815-1887) cujas pesquisas comprometeram a autoridade da antiga teoria patriarcal que se apoiava na Bíblia, exatamente, aliás, como a teoria do hebreu-língua mãe. Segundo Bachofen⁶⁴, a humanidade teria começado vivendo em uma sexualidade sem regras; a seguir, depois dessa desordem sexual primitiva, teria vindo o período do *direito maternal*

62 Cf. TODOROV, R. *Théories du symbole*. Paris, Le Seuil, 1977. p. 278. (Coll. Poétique).

63 Cf. KRAMER, F. *Verkehrte Welten. Zur imaginären Ethnographie des 19. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main, 1977.

64 BACHOFEN, J. -J. *Das Mutterrecht, Eine Untersuchung über die Gynäcocratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur*. 1861.

e da descendência matrilinear; o terceiro período, precisamente o do Ocidente, seria o direito paterno e da descendência patrilinear. Desse modo, Bachofen mostrou sempre a permanência na consciência dos homens do arquétipo do matriarcado, arquétipo reencarnado, entre outros, pelo tema da *Muttersprache*. Nessas condições ideológicas, é que o Ocidente vai procurar, nos mundos primitivos, a destruição de uma angústia, a de *ginococracia*, legitimando com isso, pela exploração comparativa, a lógica de sua própria organização social fundada na autoridade do pai. Não sendo desde então a língua *mãe-materna* original mas primitiva, oral e “selvagem”, consegue a lingüística etnológica do séc. XIX, na trilha de Sir Robert Boyle, seu objetivo, inconsciente: destruir a língua da mãe (cf epílogo) ou pelo menos mantê-la na inferioridade exótica e excêntrica que “deve” ser a sua. A finalidade do pensamento, dizia Hegel, é a eliminação da estranheza: a lingüística, levada aos quatro cantos do mundo pela colonização, não faz outra coisa em relação à estranheza das línguas exóticas reconhecidas como maternas. Sabe-se o que aconteceu às línguas “primitivas” nos impérios coloniais: elas desapareceram ou se interiorizaram, longe da costa, nas *terras* e nas *casas*.

Juntemos agora em um mesmo sistema de pensamento essas “voltas à mãe” tão divergentes *a priori*. Trata-se, de um lado, de uma lingüística social voltada às origens domésticas da língua; por outro lado, trata-se de uma lingüística etnológica voltada às origens “exóticas” da língua. Uma é o resultado de uma exploração interior; outra, de uma exploração exterior. Duas explorações inconciliáveis? Um cisma na lingüística científica nascente? Não! Simplesmente duas estratégias diferentes para resolver o mesmo problema. Qual? Voltemos aos dados históricos para prosseguir uma pesquisa e trazer uma resposta a essa questão.

O século XIX é aquele em que as grandes nações ocidentais pretendem fixar sua identidade. Esse século vê a unificação da Alemanha, da Itália, dos Estados Unidos da América. Esse século vê desenvolver-se, portanto, simultaneamente a colonização interna e a colonização externa, sendo essencial, em um caso como no outro, do ponto de vista lingüístico, colocar a língua materna no seu lugar. A colonização interna não é senão um ataque organizado às originalidades regionais locais e mesmo familiares. E a colonização externa não é senão um ataque organizado às originalidades regionais extraterritoriais. Nos dois casos, o objetivo é a *aculturação* a fim de fazer desaparecer os idiomas dos selvagens, sejam eles das ilhas ou dos

campos. Nos dois casos, a língua materna, a *Muttersprache*, é uma etapa que serve para limitar as nações do interior e do exterior. De um ponto de vista interno, a língua materna é uma etapa sob o eixo *ontogenético*: serve para aproximar o menino da língua do pai. De um ponto de vista “externo”, a língua materna não é senão uma etapa sob o eixo *filogenético*: serve para aproximar a infância da humanidade do período patriarcal terminal que é o do Ocidente, onde se pratica a língua da erudição, a língua do pai extraída de todas as primitividades, a língua objetiva, a língua do lingüista.

Colonização interna e externa, trata-se nos dois casos de estabelecer uma língua e uma só: a do pai. O paradoxo, que não é dos menores, é que a mãe, instrumentalizada e conformada à língua dominante, é chamada a contribuir para esse triunfo ao preço de sua própria negação enquanto detentora de um idioma específico, mal qualificado, é verdade, pois que “primitivo”, oral, transitório baseado antes no uso e na afetividade que na reflexão e na razão. T. Zeldin nos diz que ao chegar à França a educação obrigatória, essa “educação foi numa certa medida a conquista do campo pelas cidades”⁶⁵. Que se substitua o termo “campo” por “África”, “Oriente”, ou “Insulíndia” e o termo “Cidade” por “Ocidente” e assistir-se-á à mesma cena em um ambiente diferente. Em todos os casos, trata-se do mesmo processo agonizante e do mesmo recuo. Neste universo em expansão, o destino da língua materna – *lingua della casa ou lingua matrix* – é o desaparecimento, o aniquilamento social e cultural. A mãe está de volta, na casa e nas colônias, mas em que condições!

5. Língua Materna: derivas, sonhos & realidades

O que acontece à noção de língua materna quando se sabe que essa expressão, *a priori* tão simples, é o centro de um verdadeiro drama sócio-histórico? Essa história dá à noção uma carga conotativa incontestável que não pode senão tornar, daqui por diante, delicado o seu emprego. Essa noção traz consigo não somente uma história, mas também um imaginário da feminilidade maternante ligado à língua, que não surgiu somente de uma visão: os dados históricos estão aí, vindo apoiar toda uma mitologia materna de comunicação verbal de Oresme até nossos dias. Há seis séculos a noção vem inchando subrepticiamente, inconscientemente com estereótipos negativos, que vêm continuamente minando seu valor operatório ou conceptual e, em consequência disso, o valor da palavra feminina, simplesmente. A função epistemológica da noção de língua materna é, antes de tudo, desvalorizar um certo estado de

65 ZELDIN, op. cit., p. 162

língua ou melhor opor-se “ao valor de um determinado tipo de enunciado”: a língua da mãe é fundamentalmente percebida como um intermediário oral entre a animalidade e o conhecimento, como se a mãe ali estivesse somente para estabelecer uma ponte entre a selvageria e os códigos lógicos! Relembre-se este texto de L. Bloomfield:

“Encontra-se freqüentemente um outro caso, mais comum, de transferência de línguas, entre os filhos de imigrantes. Muitas vezes os pais falam, em casa, sua língua materna e dela fazem a língua materna de seus filhos, mas esses, desde que começam a brincar e a freqüentar a escola, recusam-se a falar a língua de seu lar e, cedo ou tarde, conseguem tudo esquecer, conservando apenas um conhecimento superficial dessa primeira língua, para falar inglês. O inglês tornou-se para eles o que nós podemos chamar de língua adulta.”⁶⁶

O raciocínio não é falso. A designação é que é inaceitável porque ela leva a opor língua *materna* a língua *adulta*, crendo que a mãe não é uma mulher, mas um ser intermediário entre o universo e o homem. Deriva e desvios imaginários são as palavras que vêm ao espírito para qualificar essa classificação de Bloomfield: a língua materna não é, por ser a língua de infância, uma língua infantil! A noção de língua materna e todo o jogo de oposições terminológicas que servem a sua definição implícita levam com eles a imemorial segregação social dos sexos no íntimo de lingüística. Como Bachelard, pode-se colocar a questão do valor simbólico da denominação dos fatos e suas conseqüências:

“Ensinando química, pude constatar que, na reação do ácido e da base, a quase totalidade dos alunos atribuíam o papel ativo ao ácido e o papel passivo à base. Aprofundando-se um pouco no inconsciente, não se demora a perceber que a base é feminina, e o ácido, masculino... Tais pontos de vista são verdadeiros obstáculos.”⁶⁷

Não é de se duvidar que se obteriam resultados semelhantes se se fizesse hoje uma experiência pedagógica do mesmo tipo em lingüística, propondo, por exemplo, uma reflexão sobre a oposição entre *falar tradicional* e *língua de civilização* estabelecida por Meillet.⁶⁸ Em um primeiro momento os estudantes não tardariam a identificar o falar tradicional como a língua

66 BLOOMFIELD, L. *Le langage*. Paris, Payot, 1970.

67 BACHELARD. op. cit., p. 195.

68 MEILLET, op. cit., p. 100.

familiar e conservadora, como idioma passivo, portanto, e a língua de civilização como a língua nacional e transformadora, como idioma ativo, portanto. Em um segundo momento, aprofundando-se um pouco, acabar-se-ia por atribuir um sexo a cada um desses idiomas, referindo-se à vida social da linguagem: o primeiro seria feminino, e o segundo, masculino. O primeiro seria a língua materna, e o segundo, a língua paterna, jamais nomeada porque tornaria demasiado evidente uma ligação ideológica profundamente criticável.

Em outras palavras, a linguagem científica, contrariamente à linguagem cotidiana, não reflete sempre as mentalidades, mas pode protegê-las e perpetuá-las. Há, sob a noção de língua materna, sonho ou fantasma. Há uma primeira intuição, uma visão ideológica, uma imagem feminina da língua, que, durante séculos, não se pôde deslocar ou destruir sob pena de questionar a própria organização social. Lembre-se aqui da hierarquização harrissiana da língua: ela contribuiu para manter a idéia de inferioridade lingüística da mulher. Depois um paradigma de sinônimos relativos foi estabelecido, mas em nenhum momento o pensamento lingüístico saiu da intuição primeira para se engajar no caminho da autocrítica e da crítica social. Ao contrário! A lingüística contemporânea vulgarizou o emprego da expressão tornando comum e automático o seu uso. Assim, a lingüística, e o estado social que tornou possível sua invenção, inocentou a noção mais do que a criticou.

No que diz respeito à relação mulher/língua, o estado social contemporâneo rompeu com a tradição? A língua da mulher pode apenas ser sempre maternante e não cognitiva? Certamente as mulheres, as mães inclusive, estão, no final deste século XX, indubitavelmente saindo da domesticidade na qual estavam confinadas até um período recente. Ademais, ocupam hoje, no ensino público, lugares ocupados outrora pelos homens. A mãe poderia enfim ser, por sua vez, detentora da língua do saber? Haveria então, frente ao conservantismo terminológico da lingüística atual, um movimento social tal que o próprio conceito da língua materna pudesse se transformar em *pseudoconceito*, isto é, um conceito que não corresponderia a nenhuma realidade? Para responder a essa questão, trata-se aqui da feminização do ensino e, portanto, da feminização da língua do saber. Que é isso na realidade?

A introdução histórica da mãe na língua do pai se fez sob Jules Ferry por meio de escolas muito adequadamente nomeadas escolas maternas. A inspetora geral, Madame P. Kergomard, pretendia instaurar nessas novas instituições uma “atmosfera familiar”, desejando que os meninos aí recebessem noções so-

ciais.⁶⁹ Isso significava sempre um espaço lingüístico transicional comparável funcionalmente ao espaço doméstico do fim do séc. XVIII, sendo o outro lado desse espaço o da língua do saber ocupado pelos pais. Em seguida, a mulher tornou-se professora primária – o ano de 1891 viu-a tornar-se o elemento quantitativamente predominante na profissão⁷⁰ – e também professora no secundário. Mas, ainda hoje, pode-se constatar que o contingente feminino se torna menos numeroso à medida que se sobem os degraus do ensino público: esse contingente é mínimo na Universidade. O valor simbólico desse fenômeno sociológico é simples: demonstra que ainda hoje a mulher enfrenta problemas para se subtrair da primeira intuição, da imagem primitiva da mulher falante. Realmente, sua língua é, para todo o sempre, materna e maternante: para *ela*, os pequenos; para *ele*, os maiores! Ilustrando a persistência dessa intuição coletiva, eis uma historiazinha:

Em uma cidadezinha de Minot (Côte d'Or) ainda hoje “a escola tem duas classes e, somente com uma exceção, são pares de instrutores, marido e mulher, que desde 1935 regem a classe. Geralmente o homem fica com os grandes, a mulher, com os pequenos. Ultimamente, com a chegada, em 1975, do novo par de professores, a mudança da situação provoca um choque: ele ficou com os pequenos, ela, com os grandes.”⁷¹

Foi quebrado ali um tabu sociolingüístico e o mundo mudou... um pouco.

Epílogo: “destruir”, diz ela...

“A sociogênese dos conhecimentos faz-nos assistir à construção progressiva e cooperadora dos movimentos de idéias transmitindo-se e desenvolvendo-se de geração a geração.”⁷² Referindo-nos à história das idéias, ao desenvolvimento da lingüística e à evolução social, tentamos extrair a sociogênese da noção de língua materna. Esse tipo de abordagem permitiu-nos mostrar que relacionamentos entre mãe, língua e sociedade se estabeleceram e se perpetuaram com a ajuda dessa noção. O nível ideológico dessa perpetuação nos leva agora a questionar a base dessa transmissão conceptual no seio da lingüística atual. É preciso tomar posição em relação a esse fenômeno de conservação terminológica e perguntar-se, depois de ter explorado os seus parâmetros sócio-históricos, que fantasma ou que inconsciente pôde levar a lingüística a conservar uma noção tão ideologicamente viciada. Vai-se tratar, então, não da relação entre o personagem social da mulher e a língua, mas da relação entre a mãe e o lingüista.

69 Cf. ZELDIN, op. cit., p. 211-2.

70 Cf. Idem, p. 192.

71 VERDIER, op. cit.

72 PIAGET, J. *Épistémologie des sciences de l'homme*. Paris, Gallimard, 1972, p. 365. (Coll. Idées).

Pode-se logo dizer que esse epílogo tem por origem a aventura de L. Wolfson⁷³, “estudioso de línguas esquisofrênicas”, que coloca “como razão de toda lingüística geral o desejo de matar a língua materna”⁷⁴, explicitando-se essa definição da ciência como assassinato ritual, propiciador e metódico da língua da mãe por metalínguas e traduções mutiladoras interpostas. Isso não teria ficado para nós como visão psicanalítica interessante se a abordagem histórica da noção de língua materna não a tivesse transformado em sugestão perturbadora. Quando se recapitula o essencial dos resultados obtidos pela análise histórica, percebe-se, com efeito, que a imagem materna da língua não funciona como simples metáfora das origens, tendo a covariação histórica das teorias lingüísticas e de organização social européia permitido essa conclusão. A imagem materna da língua não é apenas uma imagem poética; ela é também uma imagem política que nos leva primeiro ao estatuto social concreto do sujeito falante desde que feminino; e, para além, a partir disso a todo sujeito falante individual e coletivo visto que seu estatuto é comparado e assimilado ao da mulher no Ocidente. Nessas condições, a mãe é não somente uma personagem social mas ainda um *actante*, no sentido semiótico da expressão, podendo tomar a forma de uma ama *jargonneuse* de um saber doméstico, mas também, coletivizando-se, a forma de uma comunidade rural *patoisante* ou de uma população exótica *baragouineuse* .

Ora, qual foi o destino dessa actante do jargão confrontado à normalização lingüística que se tornou ciência? O lingüista das origens pretende fundar a verdadeira língua, a língua justa e prescrever em seguida o Bom Uso à comunidade. O território desse lingüista é a norma. O fim da primeira utopia tira do idioma do actante materno aquilo por que o Bom Uso lingüístico poderia estabelecer-se ao natural. Fora da desejada Norma, o idioma materno torna-se uma língua proscrita no caminho que conduz à verdade. Da prescrição à proscricção não há senão a mudança de um fonema, mas as conseqüências dessa comutação serão imensas: a língua materna, marginalizada, é excluída da teoria e da prática, da vida científica e da vida social. Assim a lingüística destruiu simbolicamente a língua materna uma primeira vez. Mas não é suficiente marginalizar o idioma confinando-o nas camadas mais obscuras da sociedade. É preciso, ainda, destruí-lo efetivamente, apagá-lo, substituí-lo. Vêm a segunda utopia e o desejo de estabelecer, dessa vez racionalmente, a Norma lingüística. Querer edificar uma língua artificial, universal, é suprimir idioletos, dialetos e níveis de linguagem. Boyle pretende suprimir para sempre sua língua materna, Harris faz dela o grau zero de comunicação

73 WOLFSON, op. cit.

74 DELEUZE, G., *Schizo-
logie, prefácio de
Le Schizo et les lan-
gues*, p. 10.

verbal, e Rousseau não faz senão constatar, através do estio-
lamente prosódico e da uniformização lingüística, o repúdio
histórico do idioma em questão. O final do século XVIII vê
aparecer a terceira etapa desse processo de destruição da lín-
gua materna com a colonização (interna e externa). A aven-
tura colonial do século XIX, além da utopia originalista renas-
cente, será bem mais a realização histórica da segunda utopia,
sua projeção política no espaço: destruir, em nome da razão
do Estado colocada como universal, os dialetos regionais e
domésticos e evangelizar os selvagens. Nos dois casos, no in-
terior como no exterior, trata-se de aculturação, com tudo o
que ela implica, na área, de um ponto de vista lingüístico: o
desaparecimento, a desfiguração, a diminuição de um bom
número de idiomas originais em nome da assimilação do estranho
pela Norma e pela teoria. Nos séculos XIX e XX, a mãe,
educadora em casa, procede desse tipo de assimilação: anexada
pela gramática do poder, sua língua, "colonizada" e normalizada,
perdeu toda independência e toda identidade, despojada de "sua
função redundante no pensamento dos gramáticos e teóricos"
como diria J.C. Milner⁷⁵... Se tal língua materna se torna nacional
é que precisamente, destruída na sua especificidade "diale-
tal", ela se submeteu à Norma. Ao contrário, se uma outra se tornou
insubmissa, como o basco, o irlandês tão odiado por Boyle ou o
quichua⁷⁶, é que sua resistência à Norma a conduziu à dissidê-
ncia política: tudo se faz, então, para que ela seja destruída no
seu caráter social. O poder patriarcal trata igualmente os selva-
gens, a mulher ou as minorias lingüísticas internas: é preciso,
no sentido próprio do termo, domesticá-los ou fazê-los desapa-
recer! Nessa perspectiva, não se pode dizer, ainda uma vez,
para parafrasear Clausewitz, que a lingüística aplicada é a
aventura colonial seguida de outros meios?

Assim, fato perturbador, a história e a epistemologia da
lingüística, no que se refere à língua materna, são levadas a
fazer eco à interpretação psicanalítica. Tudo conspira para
demonstrar que a língua materna é assim o idioma maldito da
lingüística geral, uma espécie de língua *sob* A Língua condenada
à invisibilidade social um pouco como se ela fosse a camada
"réptil" e envergonhada de todo sujeito falante. Se é verdade
que a língua tirou o homem do grito e da animalidade⁷⁷,
parece verdade, igualmente, que a lingüística é o ponto crítico
a partir do qual a língua materna é tirada à língua ou ainda a
partir do qual a responsabilidade do código foi subtraída às
mulheres. *Victis honos*. É preciso agora que a lingüística
cesse de ser produto de um paternalismo abusivo!

75 MILNER, J.-C. *L'amour de la langue*. Paris, Le Seuil, 1978, p. 106. (Coll. Connexions du champ freudien).

76 Cf. a esse respeito URBAIN, J. -D. *Le système quechua de l'échange: développements métaphoriques et adaptation d'un "vocabulaire de base"*. *L'Homme*, 20 (1): 71ss, janv-mars, 1980.

77 Cf. a esse respeito o "Essai sur l'origine des langues": DERRIDA, J. *De la grammatologie*. Paris, éd. de Minuit, 1967, p. 345.